

Cepal luta por benefícios

Os países-membros da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) querem estabelecer mecanismos para que os países devedores se beneficiem dos descontos da dívida externa, cujos títulos são negociados com deságio no mercado secundário em Nova Iorque. Esse é um dos principais pontos do documento final da XXII Reunião Bianual da Cepal, que será discutido na plenária de ministros na próxima semana.

Além de se apropriar do desconto sobre suas respectivas dívidas, os países da região pleiteiam uma redução nas taxas de juros aplicadas ao estoque da dívida e maiores facilidades para sua troca por bônus, incluindo garantias de organismos oficiais. Outra reivindicação é por um maior comprometimento dos bancos privados, para que eles aumentem o volume de empréstimos pelo menos "num ritmo igual à taxa de inflação dos países industrializados", e uma maior flexibilidade das normas e regulamentos da banca internacional.

No segundo dia de encontro, ontem, as discussões ficaram apenas no nível técnico e só após a chegada dos ministros, na segunda-feira, os debates passarão a

ter um tom mais político. Os grupos de trabalho reunidos ontem discutiram sobre os dois documentos fundamentais do encontro, que tratam das barreiras ao desenvolvimento dos países da região e da crise da dívida externa.

Os debates foram fracos e pouco empolgantes, com todos os participantes convergindo sempre à mesma posição: o desequilíbrio das economias latino-americanas e caribenhas deve ser atacado em duas frentes. A primeira é a questão externa, devido ao elevado peso do serviço da dívida, que fez com que durante essa década os países da região se transformassem em exportadores líquidos de recursos e fossem impedidos de promover o crescimento de suas respectivas economias.

A segunda questão diz respeito ao desajuste das economias internamente. A maioria dos países sofre com desajustes fiscais e elevadas taxas de inflação. Paralelamente à questão da dívida, os participantes do encontro vêm necessidade de correções nos rumos das políticas macroeconômicas dos países da região, com controle do déficit público.